

GOVERNO DO CEARÁ
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO SUPERIOR
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI – URCA
GEOPARK ARARIPE MUNDIAL DA UNESCO
CENTRO DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL PORTAL DO CARIRI – MISSÃO VELHA

PROGRAMA DE EXTENSÃO “NO PASSO DE MANACÁ”

*Plano de Gestão Participativa, Salvaguarda e Difusão do Acervo Arqueológico da
Ferrovia Transnordestina no Cariri Cearense
(Foco Estratégico no Centro de Interpretação e Educação Ambiental (CIEA) Portal
do Cariri – Missão Velha)*

CORPO TÉCNICO PROPONENTE:

DR. JOSÉ PATRICIO PEREIRA MELO (Coordenador Geral - GT)
ME. PEDRO ADJEDAN DAVID DE SOUSA (Coordenador Administrativo do Acervo)
DRA. SANDRA NANCY (Coordenadora de Extensão)
DR. ALLYSSON PONTES PINHEIRO (Coordenador de Pesquisa)

Crato / Missão Velha - CE
Maio de 2026

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

Área de Conhecimento: Arqueologia, Antropologia, Museologia, Patrimônio Cultural e Direitos Culturais.

Área Temática Predominante: Cultura

Eixos Temáticos de Extensão Integrados: Cultura, Educação, Meio Ambiente, Direitos Humanos e Justiça, Tecnologia e Produção, Turismo e Patrimônio Cultural.

Instituição Proponente: Universidade Regional do Cariri (URCA) / Geopark Araripe Mundial da UNESCO / Centro de Interpretação Ambiental Portal do Cariri (Missão Velha).

Órgãos de Interface Estratégica: Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Ceará (IPHAN-CE), Geopark Araripe Mundial da UNESCO, Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Superior (SECITECE), Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), Zanettini Arqueologia, Lideranças Comunitárias e Escolas da Rede Pública Local.

Natureza da Ação: Programa Unificado Interdisciplinar de Extensão. Em associação com ações de Pesquisa, Ensino e Inovação Social. Configura-se como Plano de Gestão, Salvaguarda e Ativação Social de Acervo Arqueológico, integrando curadoria laboratorial, museologia social, educação patrimonial dialógica e governança territorial compartilhada.

2. RESUMO EXECUTIVO

O presente programa estabelece o Plano Estruturado de Gestão, Salvaguarda e Comunicação Social do acervo arqueológico de cerca de 18.000 peças lito-cerâmicas e bioarqueológicas prospectadas e resgatadas durante as obras de implantação da Ferrovia Transnordestina (trecho Missão Velha-CE a Salgueiro-PE). A proposta toma como âncoras empíricas os relatórios técnicos e científicos da Zanettini Arqueologia e as pesquisas acadêmicas consolidadas sobre o Sítio Baixio dos Lopes (Brejo Santo-CE), caracterizado pela presença excepcional de urnas funerárias Tupi-Guarani da subtradição policrômica e remanescentes humanos antigos. A iminente inauguração do Centro de Interpretação e Educação Ambiental (CIEA) Portal do Cariri em Missão Velha, agendada para os próximos 30 dias, exige a conversão imediata deste acervo (atualmente custodiado no *Campus Pimenta II*) em um ativo público de transformação social, pedagógica e científica.

Diferenciando-se de abordagens tradicionais e passivas de museificação, este programa reestrutura as diretrizes extensionistas a partir dos eixos de Museologia Social, Direitos Culturais e Protagonismo Estudantil Ativo. A metodologia de implementação está dividida em 6 macroetapas estruturais, que englobam desde a triagem laboratorial rigorosa e o diagnóstico curatorial preventivo até a construção de processos contínuos de Cartografia Social, Laboratórios de Arqueologia Escolar Itinerantes e a formação de Células Autônomas de Inovação Extensionista geridas pelos próprios discentes da URCA. Com este desenho, a universidade cumpre o seu papel social indissociável, descentraliza a produção científica e extensionista de ponta, promove a economia criativa territorializada do Cariri e assegura a conformidade estrita do patrimônio junto às normativas do IPHAN e do Araripe UNESCO Global Geoparque ao qual o CIEA está interligado, convertendo os impactos gerados por grandes obras de infraestrutura, como a Transnordestina, em reparação cultural duradoura.

3. INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL

A Região do Cariri cearense, notadamente a área de entorno da Chapada do Araripe, caracteriza-se por ser uma paisagem de altíssima densidade arqueológica, geológica, paleontológica e sociobiodiversa de grande valor econômico e cultural. Os vestígios materiais identificados em seu território revelam dinâmicas complexas de ocupação humana de longa duração como referido em MELO (2020), englobando modos de vida pré-coloniais, rotas históricas de migração, assentamentos com tecnologias originais de produção cerâmica, produção de material lítico sofisticado para a época e práticas funerárias de profunda relevância antropológica. O avanço de grandes obras de infraestrutura nacional, como a malha ferroviária da Transnordestina, cortou geograficamente este território, como se pode observar na **Figura 1**, na página seguinte, revelando parte desse rico acervo e resgatando um manancial expressivo de dados sobre o passado.

O acervo arqueológico gerado por esse empreendimento logístico totaliza aproximadamente 18.000 artefatos e ecofatos (fragmentos cerâmicos, instrumentos líticos e restos biológicos e históricos), salvaguardados pela URCA e sistematizados nos relatórios científicos e de salvamento desenvolvidos pela Zanettini Arqueologia (Volumes I e II). Esse diagnóstico detalhou em suas pesquisas: a) 37 sítios arqueológicos; e, b) 27 ocorrências; distribuídas na interface interestadual entre o Ceará e Pernambuco.

Figura 1: Traçado da Transnordestina

Fonte: Agência Câmara. 2023. Adaptado pelo Autor.

Dentre esses contextos, desponta em relevância científica e sensibilidade patrimonial o Sítio Baixio dos Lopes, em Brejo Santo-CE, cujas escavações revelaram urnas funerárias da subtradição policrômica Tupi-Guarani, remanescentes esqueléticos humanos antigos e assentamentos lito-cerâmicos de excepcional significância conceitual e vulnerabilidade material crônica. Esse sítio é relevante e já vem sendo mapeado e estudado desde 2016, *ex vi* Martins (2016) no contexto da obra de Transposição da Bacia do São Francisco às bacias do Nordeste Setentrional; no Ceará, Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Salgado. Também do acervo recolhido da obra da Transnordestina há registro de material arqueológico encontrado nesse sítio, de importância singular, aumentando a necessidade do diálogo entre esse acervo que servirá ao CIEA e as comunidades de onde foram retirados.

A destinação formal desse acervo à guarda definitiva da Universidade Regional do Cariri (URCA) exige:

- a) a superação do paradigma do mero armazenamento técnico enclausurado. Compreendendo que os artefatos arqueológicos não são resíduos estáticos, mas sim suportes vivos de memória social, marcadores de territorialidades ancestrais e vetores de direitos culturais. E,
- b) a execução desse programa de extensão como elemento indispensável em face do compromisso assumido pela URCA perante o IPHAN, pela gestão e expografia desse acervo, e a Empresa Transnordestina Logística S.A. (TLSA), responsável pelos investimentos e construção do CIEA em Missão Velha. Com esse programa a URCA propõe a consolidação de uma política extensionista ativa.

Através da ativação do Centro de Interpretação e Educação Ambiental – Portal do Cariri (CIEA), em Missão Velha, os materiais arqueológicos serão convertidos em laboratórios vivos de apropriação social, cidadania cultural, letramento histórico e preservação integrada à paisagem do Geopark Araripe Mundial da UNESCO.

4. JUSTIFICATIVA OPERACIONAL E ESTRATÉGICA

A execução deste Programa fundamenta-se na urgência cronológica e institucional de garantir a governança do Centro de Interpretação e Educação Ambiental – Portal do Cariri, cuja entrega física está pactuada para os próximos 30 dias no município de Missão Velha. Sendo a URCA a instituição depositária de 18.000 peças arqueológicas lito-cerâmicas que hoje se encontram armazenadas no Campus Pimenta II, a transição para um modelo de exposição pública, ensino, extensão ativa e pesquisa continuada requer a formalização de um plano operacional robusto, sob pena de inviabilizar as autorizações e termos de guarda emitidos pelo IPHAN, além de expor o acervo a riscos de degradação e sinistros.

Historicamente, projetos de infraestrutura cultural de base científica falham na fase de transição entre a obra civil e a ativação social. Para mitigar esse risco de forma definitiva, este programa foi desenhado com base no princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, estruturando-se em cinco eixos de governança estratégica capitaneados pelo Grupo de Trabalho (GT) designado pela Reitoria da URCA em abril de 2026:

A. Extensão e Ensino Integrados: Conversão das bases de dados em insumos curriculares práticos para os cursos de graduação e pós-graduação (Turismo, Biologia, Letras, Direito, História e Geografia da URCA, Mestrado em Diversidade Biológica), institucionalizando novos campos de extensão curricular, ensino, inovação, estágio obrigatório, projetos de pesquisa para a iniciação científica, conclusão de curso e dissertações e pós *lato sensu*.

B. Extensão e Pesquisa Científica Avançada do Acervo: Desenvolvimento de linhas de investigação e extensão focadas no inventário e análise sobre o acervo lítico, cerâmico e bioarqueológico, e documentos do inventário de resgate, ou seja, sobre o material proveniente da Ferrovia Transnordestina, consolidando o Centro como polo de extensão acadêmica, inclusão social, polo de desenvolvimento científico e descentralizado no interior do Ceará.

C. Extensão, Inovação Digital e Economia Criativa: Digitalização tridimensional (fotogrametria e modelagem 3D) das peças lito-cerâmicas para criação de um acervo

virtual interativo de acesso público, promovendo interface com a economia criativa local e as estratégias de geoturismo, turismo científico e turismo comunitário do Geopark Araripe Mundial da UNESCO.

D. Gestão participativa e Exposição, com ênfase no Turismo Cultural Sustentável:

Gestão qualificada do fluxo do acervo, dos visitantes, acessibilidade universal e formatação de rotas de turismo de base comunitária (TBC), integrando o CIEA à malha internacional de geossítios da UNESCO, com abordagem *bottom-up*.

E. Extensão, Educação Ambiental e Arqueologia Social Inclusiva: Articulação da arqueologia da paisagem sociobiocultural da Chapada do Araripe, do acervo arqueológico, com os conflitos socioambientais contemporâneos e os desafios climáticos do semiárido, dos ODS da Agenda 2030, especialmente Educação de Qualidade (4), Igualdade de gênero (5), Cidades e Comunidades Sustentáveis (11), Combate às Mudanças Climáticas (13) e Parcerias e Meio de Implementação dos ODS (17), promovendo a conscientização ecológica profunda a partir da história sociobiocultural e ambiental regional.

Dessa forma, o investimento de recursos institucionais e o engajamento do corpo técnico e discente justificam-se pelo retorno social direto proporcionado pelo programa, revertendo os impactos físicos e ambientais causados pela implantação da ferrovia em benefícios educacionais, científicos e econômicos permanentes para a população do Cariri cearense.

5. OBJETIVOS

5.1. Objetivo Geral

Estruturar, implementar e gerir o Programa de Extensão, Ensino, Pesquisa e Inovação focado na salvaguarda participativa, curadoria científica, comunicação museológica e ativação social do acervo arqueológico oriundo do resgate da Ferrovia Transnordestina, consolidando o CIEA Portal do Cariri em Missão Velha como uma tecnologia social de preservação patrimonial, cidadania, diálogo com as comunidades do entorno e desenvolvimento regional interligada às diretrizes do IPHAN e do Geopark Araripe Mundial da UNESCO.

5.2. Objetivos Específicos

- a) Sistematizar e consolidar os dados arqueológicos contidos nos relatórios analíticos da Zanettini Arqueologia, estruturando uma matriz diagnóstica computadorizada de localização de sítios, tipologia de materiais e datações cronológicas.
- b) Propor, projetar e fiscalizar os parâmetros técnicos para a Reserva Técnica e Laboratório de Conservação Preventiva do CIEA em Missão Velha, abrangendo

protocolos de higienização, triagem, marcação, catalogação, controle microclimático e acesso restrito de pesquisadores.

c) Desenvolver e implementar a gestão do CIEA, com a criação do Plano Museológico e o Projeto Museográfico do Centro de Interpretação Ambiental Portal do Cariri, pautados nos referenciais da Arqueologia Social Inclusiva, assegurando acessibilidade física, sensorial e conceitual em diálogo com as comunidades e rede de ensinos do entorno do CIEA, com abordagem *bottom-up*.

d) Estabelecer canais e instâncias permanentes de governança participativa e mediação intercultural, garantindo a inclusão ativa das comunidades impactadas pela ferrovia, povos tradicionais e minorias étnicas na co-curadoria do espaço.

e) Garantir a indissociabilidade da extensão universitária por meio da formação de estudantes da URCA e IES parceiras, capacitando-os como coautores de projetos, pesquisadores-extensionistas e mediadores culturais em oficinas patrimoniais e curadorias compartilhadas, garantindo o protagonismo de jovens e mulheres nessas agendas.

f) Produzir materiais didáticos paradidáticos, roteiros de sequências didáticas aplicadas e exposições itinerantes focadas na história de longa duração da bacia sociobiodiversa da chapada do araripe, para circulação regular em escolas, comunidades e da rede pública de ensino básico e superior e na Global Geopark Network (GGN).

6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A sustentação conceitual deste Programa rompe com a visão tradicional que reduz o patrimônio histórico e arqueológico a monumentos excepcionais, isolados e estetizados. Conforme as formulações críticas de Lemos (1987), o patrimônio edifica-se primordialmente a partir dos objetos cotidianos, das materialidades ordinárias que documentam as memórias, as tensões laborais e os modos de vida reais de um determinado tecido histórico e social. Sob esse prisma, os fragmentos de cerâmica utilitária Tupi ou os resíduos líticos descartados em acampamentos pré-coloniais no Cariri deixam de ser encarados como meras relíquias exóticas e assumem a condição de documentos cognitivos vitais para a compreensão das estruturas existenciais humanas ao longo da história regional.

Essa ampliação dialética converge com a perspectiva de Pelegrini e Funari (2008) ao problematizar a indissociabilidade entre as dimensões materiais e imateriais da cultura material. A salvaguarda de um acervo arqueológico, portanto, não se encerra na eficiência física do seu armazenamento em caixas plásticas padronizadas; ela depende

intrinsecamente da ativação dos laços de transmissão intergeracional, da memória oral e do pertencimento afetivo e político das comunidades que hoje habitam as adjacências desses sítios. Gerir o patrimônio significa, por conseguinte, convertê-lo em um conector de saberes tradicionais, de narrativas locais e de cosmologias que dão sentido contemporâneo aos vestígios do passado. A extensão universitária é um dos vetores ideias para esse desiderato. Esse também é o entendimento da URCA (2025. p. 8), senão vejamos:

A extensão universitária ao lado do ensino e da pesquisa desempenha papel relevante na construção do conhecimento pelo diálogo com a sociedade. No contexto atual, em que ganha a centralidade nos currículos e normatização pela Resolução No 07/2018, se faz necessário percorrer a trajetória histórica da construção desta centralidade e importância, pois **a extensão é um meio capaz de contribuir decisivamente para a transformação social uma vez que representa “os olhos e os ouvidos da universidade”, sendo esta instituição responsável por ver e ouvir as demandas dos demais setores da sociedade.** Grifo nosso.

A base empírica e técnica que viabiliza a execução deste programa decorre diretamente dos relatórios de salvamento arqueológico produzidos pela Zanettini Arqueologia (2008a; 2008b). Estes volumes detalham minuciosamente os procedimentos laboratoriais de triagem, higienização, marcação sistemática e catalogação que garantem a rastreabilidade científica de aproximadamente 18.000 peças. Paralelamente, os estudos especializados sobre o Sítio Baixio dos Lopes - Brejo Santo (Martin, Medeiros e Pessis, 2016) nos servem de guia teórico referencial porque estes demonstram a singularidade das ocupações Tupi-Guarani de subtradição policrômica no semiárido cearense.

As descobertas de urnas funerárias e remanescentes osteológicos humanos (Solari et al., 2022) trazem à tona, por sua vez, a necessidade premente de adoção de rígidos protocolos de bioética e salvaguarda, evitando a exploração mercantilizada e promovendo uma arqueologia do passado contemporâneo (Abreu e Souza, 2017) capaz de integrar os modos de vida sertanejos e as dinâmicas recentes de ocupação do solo.

A ancoragem política e jurídica do projeto, finalmente, se assenta na teoria dos Direitos Culturais, conforme preconizado por Oliveira (2017) e Melo (2026). O patrimônio cultural é classificado como um direito humano fundamental, intrinsecamente associado à dignidade coletiva e à cidadania ativa de grupos socialmente vulnerabilizados. Oliveira (2017) descortina as tensões inerentes entre o multiculturalismo descritivo e a interculturalidade deliberativa, demonstrando que a gestão patrimonial eficiente deve se constituir como um campo de negociação horizontal. O acervo não pode servir como ferramenta de apagamento ou de folclorização; ele deve operar como mediador para o empoderamento social e a autoafirmação identitária. Através do referencial de Sousa, Sousa e Vieira (2024), a prática extensionista do CIEA Portal do Cariri assume uma função social inclusiva indiscutível, transformando o conhecimento especializado em um espaço aberto de disputas

interpretativas legítimas, co-curadorias comunitárias e afirmação histórica face às intervenções do desenvolvimento econômico na região (Cunha, 2025).

A exemplo do que ocorre com o tratamento metodológico, museal e envolvimento comunitário dados ao acervo arqueológico do Memorial do Homem Cariri, mantido pela Fundação Casa Grande em Nova Olinda, idealizado pela fundadora arqueóloga Dra. Rosiane Limaverde, a Arqueologia Social Inclusiva (ASI), é também uma das referências teóricas e metodológica do nosso programa, um dos filtros que nos permite ler a arqueologia, o acervo arqueológico da chapada do Araripe - especialmente este acervo obtido pela obra da Transnordestina e as relações sociais com as comunidades do entorno. A ASI, neste sentido, rompe definitivamente com a arqueologia tradicional de cunho positivista ou meramente comercial, fundamentando a indissociabilidade entre a cultura material resgatada e os direitos das populações contemporâneas marginalizadas. Senão vejamos:

A Arqueologia Social Inclusiva desloca o foco do artefato em si para as relações de poder que cruzam sua produção, descarte e patrimonialização. Trata-se de uma práxis científica engajada que assume o passado como um campo de disputa político e ético, transformando a arqueologia em um instrumento de emancipação social e combate às assimetrias históricas (FUNARI; PELEGRINI, 2007)."

Como uma abordagem inovadora a Arqueologia Social Inclusiva implica uma mudança essencial do modelo europeu-colonizador de tratar as práticas museais e suas narrativas e curadorias. Com a ASI o "patrimônio arqueológico, especialmente quando associado a ocupações indígenas ancestrais ou a materialidades sertanejas, serve como ferramenta de autoafirmação identitária para os grupos tradicionalmente excluídos dos discursos oficiais do Estado (GNECCO; AYALA, 2010)." Essa abordagem nos permite incorporar jovens, crianças, atores comunitários relevantes que ao longo do tempo estiveram distantes do processo museal para se tornar parte relevante do processo de gestão do acervo.

7. METODOLOGIA E ETAPAS OPERACIONAIS

A metodologia do programa é estruturada sob a égide da Investigação-Ação Participativa (IAP) e da Museologia Social. A abordagem é predominantemente qualitativa,

transdisciplinar, integrando análise documental, curadoria laboratorial especializada e técnicas participativas de diagnóstico e mobilização social.

A investigação-ação participativa é adequada ao programa em questão, especialmente porque envolve extensão em um amplo processo de valorização do patrimônio cultural arqueológico, capaz de retratar e resignificar as identidades dos povos originários em que a participação destes povos no processo de gestão e planejamento é fundamental para desvelar as origens do Cariri e da Chapada do Araripe, senão vejamos:

A Investigação-Ação Participativa (IAP) não se reduz a uma mera coleta de dados empíricos, mas configura-se como um processo de coprodução de conhecimento, onde a distinção tradicional entre sujeito pesquisador e objeto pesquisado é superada em prol de uma práxis libertadora e transformadora da realidade social (FALS-BORDA, 2015).

Tratando-se de um programa de extensão que envolve o patrimônio arqueológico cultural entendemos que esse método é o mais qualificado, porque ao adotar a IAP em contextos de salvaguarda patrimonial, a exemplo do que propomos, é imperativo envolver os atores e comunidade local no processo. A IAP "exige esse reconhecimento do saber popular e das memórias coletivas como eixos epistêmicos legítimos, garantindo que as comunidades impactadas por grandes empreendimentos territoriais atuem como intelectuais orgânicos de sua própria história (BRANDÃO; BORGES, 2007)."

Ainda sobre a Relação URCA-Comunidade e a extensão universitária:

... sob a ótica da pesquisa-ação participativa em ambiente universitário, a extensão deixa de ser um vetor de transmissão unidirecional e passa a operar como uma ecologia de saberes, onde o rigor científico dialoga horizontalmente com as demandas de justiça cultural e reparação histórica (THIOLLENT, 2011).

A abordagem qualitativa, por sua vez, é também a mais adequada para alcançar os objetivos pretendidos neste programa, porque na pesquisa qualitativa e na extensão, na análise dos dados e do referencial teórico, esta metodologia assume um caráter eminentemente interpretativo em que os fenômenos estudados nem sempre podem ser quantificados, mas significados, através das motivações, dos valores e das crenças dos sujeitos envolvidos no processo. (DENZIN; LINCOLN, 2011).

Um programa que envolve abordagem qualitativo pode-se esperar rigor acadêmico, na abordagem qualitativa esse rigor não decorre da neutralidade estatística, mas sim da profundidade com que o pesquisador-analista mergulha no campo de estudo e da transparência analítica na triangulação de fontes documentais, orais e materiais, como no

caso em questão, permitindo que a subjetividade seja uma aliada na construção do conhecimento científico. (MINAYO, 2012).

Ainda sobre o caráter multidisciplinar que envolve os objetos de construção e *corpus* neste programa, naquilo que envolve aspectos da Etnografia e Cultura Material, o método qualitativo, espelhado no pensamento de Geertz (2008), podemos afirmar que: no campo das interfaces entre acervo arqueológico, memória, território e cultura (que em nosso projeto ocupa relevância na paisagem cultural que abraça todos os contextos do acervo arqueológico da Chapada do Araripe e do Geopark Araripe), opera de forma indutiva, transformando o ato de escutar e observar as interações comunitárias com os artefatos arqueológicos em um exercício de tradução cultural e garantia de direitos que emergem como relevantes.

Para alcançar o fluxo operacional, o Programa divide-se em 6 etapas sequenciais e interdependentes:

Etapla 1: Levantamento Documental, Bibliográfico e Sistematização de Dados Técnicos

Análise aprofundada de toda a documentação gerada pelo licenciamento ambiental da Ferrovia Transnordestina, realizados pela empresa Zanettini Arqueologia, constantes dos Volumes I e II, relatórios do Sítio Baixio dos Lopes e inventários do IPHAN. Esta fase visa extrair e organizar coordenadas espaciais, tabelas tipológicas de materiais, contextos estratigráficos e dados de datação absoluta por Carbono-14, e outras eventualmente existentes, em uma matriz diagnóstica digital unificada e acessível no site do CIEA/URCA.

Etapla 2: Diagnóstico Curatorial e Triagem Laboratorial do Acervo (Campus Pimenta II)

Avaliação detalhada e direta do estado de conservação física das cerca de 18.000 peças guardadas temporariamente no Campus Pimenta II da URCA. O diagnóstico identificará a integridade dos artefatos cerâmicos e líticos, a legibilidade da siglagem original, tombamento patrimonial junto ao setor administrativo da URCA, as condições biológicas de acondicionamento e as demandas urgentes de intervenção e conservação preventiva, do transporte definitivo para o novo prédio, além de realizar registro fotográfico para disposição em site próprio para consultas *on line*.

Etapla 3: Proposição e Desenho da Política de Acervo e Reserva Técnica Definitiva: plano museológico e museográfico participativo.

Elaboração do marco normativo técnico que regulamentará as ações do CIEA em Missão Velha. Definição de critérios estritos para incorporação de novas peças, protocolos éticos e bioéticos para manejo e exposição de remanescentes humanos (conforme diretrizes internacionais de salvaguarda), regras de segurança patrimonial contra furtos/incêndios,

políticas de empréstimo científico e regulamento de acessibilidade de pesquisadores externos, dentre outros parâmetros que regulamenta a matéria.

Etapa 4: Reestruturação da Educação Patrimonial: Laboratórios Itinerantes e Cartografia Social

Esta etapa consiste na implementação de duas metodologias ativas centrais: 1) Os Laboratórios Itinerantes de Arqueologia Escolar, que levarão réplicas didáticas impressas em 3D do acervo lito-cerâmico diretamente para salas de aula da rede pública para manipulação tátil pelos estudantes (inclusão para cegos e outras pessoas com deficiência); 2) Oficinas de Cartografia Social e Memória Territorial, por meio das quais os moradores tradicionais colaborarão com a construção de mapas, a partir de suas próprias percepções e vivências, os impactos físicos e imateriais causados pela passagem da linha férrea em suas comunidades, construindo uma cartografia cultural participativa que se somará à cartografia de localização dos sítios arqueológicos registrados no IPHAN. 3) realização de oficinas de réplicas com estudantes e comunidade a exemplo das boas práticas do MPPCN.

Etapa 5: Mobilização Comunitária, Escuta Intercultural e Governança Compartilhada

Institucionalização de instâncias democráticas de gestão do Centro com a Realização de fóruns anuais de escuta ativa e estruturação do Conselho Consultivo Comunitário do CIEA, garantindo assentos paritários para representantes da URCA, do Geopark Araripe, de escolas locais, de associações de moradores, artesãos e povos tradicionais/indígenas (se houver). O Conselho atuará diretamente na co-curadoria de exposições e fiscalização das ações extensionistas.

Etapa 6: Construção participativa dos Planos Museológico e Museográfico do CIEA

Sistematização e escrita do Plano de Gestão Integrado, do Plano Museológico e do Projeto Museográfico do Centro de Interpretação Ambiental Portal do Cariri. Estes documentos formais, validados de forma participativa pelo Grupo de Trabalho e pelo Conselho Comunitário, serão cancelados pelas instâncias superiores da URCA e oficialmente protocolados junto à Superintendência do IPHAN no Ceará para a obtenção da chancela de guarda definitiva e autorização de funcionamento.

8. DETALHAMENTO DAS AÇÕES EXTENSIONISTAS

As ações extensionistas buscam assegurar a continuidade, a capilaridade territorial. O quadro abaixo sintetiza a programação operacionalizada pelas Células discentes:

Ação Extensionista	Frequência e Metodologia	Público Estimado / Ano	Produto / Resultado Esperado
Laboratórios Itinerantes de Arqueologia Escolar	6 ciclos anuais. Uso de réplicas 3D manipuláveis e sequências didáticas aplicadas baseadas na arqueologia da paisagem.	Mínimo de 180 alunos da rede pública da caatinga.	Kits pedagógicos replicáveis e relatórios de avaliação de aprendizado patrimonial.
Oficinas de Cartografia Social e Memória Territorial	4 oficinas integradas ao ano nas comunidades cortadas pelos trilhos da Transnordestina.	100 lideranças comunitárias e familiares impactadas.	Mapa Social Impresso e Digital da Memória Territorial da Transnordestina no Cariri.
Oficinas de réplica de material lítico	4 oficinas integradas ao ano nas comunidades cortadas pelos trilhos da Transnordestina.	100 estudantes e moradores das comunidades do entorno do CIEA e do Geopark Araripe.	Réplicas que comporão o kit pedagógico para aprendizagem patrimonial em escolas e laboratórios pedagógicos, e souvenirs para geoloja, participantes, CIEA e Escolas participantes.
Formação Avançada de Mediadores e Co-curadores	2 turmas anuais. Qualificação teórica e prática em museologia social e direitos culturais.	40 discentes da URCA, condutores e guias locais de turismo e bolsistas de extensão da URCA.	Equipe permanente de mediação intercultural apta a atuar no CIEA, geossítios e turismo comunitário.
Circuitos de Educação Patrimonial e Eco-Arqueologia	8 ações anuais integrando visitas ao CIEA e caminhadas monitoradas na paisagem cultural regional.	Mínimo de 320 alunos e professores da rede básica e comunitários.	Roteiros geoarqueológicos validados e cartilhas paradidáticas de educação ambiental e outras publicações acadêmicas.

Ação Extensionista	Frequência e Metodologia	Público Estimado / Ano	Produto / Resultado Esperado
Exposições Itinerantes Co-criadas	2 ciclos anuais de circulação por comunidades rurais e centros urbanos do Cariri.	Comunidades escolares e público em geral nas praças públicas.	Mostra didática móvel e catálogos visuais em linguagem acessível (física e digital).
Seminário de Devolutiva Crítica e Direitos Culturais	1 grande encontro público anual ao final de cada ciclo operacional.	100 participantes (comunidade, IPHAN, pesquisadores).	Anais científicos do evento e Relatório Técnico de Impacto Extensionista protocolado.

9. ESTRUTURAÇÃO DO PROTAGONISMO ESTUDANTIL

Este programa institucionaliza o Protagonismo Estudantil Ativo. Os 12 estudantes inicialmente integrados (bolsistas de extensão e voluntários) oriundos dos cursos de Turismo, Biologia, Letras, História, Geografia e Direito serão divididos em Células de Inovação Extensionista autônomas. Cada célula possui escopo de atuação deliberativo e responsabilidade de coautoria na produção de tecnologias sociais:

1) Célula de Mediação Escolar e Educação Patrimonial: Responsável pelo desenvolvimento de materiais paradidáticos, roteirização dos Laboratórios Itinerantes, oficinas, cartilhas e aplicação de metodologias ativas de letramento sobre o patrimônio arqueológico e sociobiodiverso nas escolas públicas da região.

2) Célula de Transmídia Cultural e Inovação Digital: Encarregada da digitalização fotogramétrica do acervo arqueológico, modelagem de peças em 3D, gestão do catálogo digital interativo e produção de conteúdos de divulgação científica voltados às mídias digitais do Geopark Araripe Mundial da UNESCO, da URCA e do CIEA.

3) Célula de Turismo Comunitário e Eco-Arqueologia¹: Focada no treinamento de guias locais, formatação de roteiros integrados de turismo de base comunitária (TBC) e

¹ A ecoarqueologia (frequentemente chamada de arqueologia ambiental) é uma subdisciplina que investiga a relação entre as antigas comunidades humanas e o meio ambiente. Ela analisa como o homem modificou a natureza no passado e como as mudanças ecológicas, climáticas e geográficas impactaram a sobrevivência, cultura e economia dessas sociedades. (COSTA. 2013).

articulação dos achados arqueológicos com a interpretação ambiental da Chapada do Araripe.

4) Célula de Direitos Culturais e Cartografia Social: Dedicada a assessorar o Conselho Consultivo Comunitário, mapear violações de direitos patrimoniais locais, catalogar as narrativas orais coletadas e garantir o cumprimento de convenções internacionais sobre patrimônio cultural, integrar ações de monitoramento de processos de repatriamento de bens culturais arqueológicos da região em parceria com o Observatório de Repatriamento de Fósseis da Chapada do Araripe (MPPCN), e, atuar na educação patrimonial para garantias e efetivação de direitos culturais na região de atuação do CIEA.

Essa abordagem assegura que o corpo discente atue como pesquisador-extensionista na linha de frente com a gestão, gerando conhecimentos, partilha de saberes, inovação e propriedade intelectual, produção de artigos científicos compartilhados com as comunidades e relatórios de impacto de sua autoria.

10. CRONOGRAMA REESTRUTURADO E CÍCLICO (12 MESES)²

Mês	Macroatividades e Ações Extensionistas Previstas	Mecanismo de Validação / Produto Gerado
1	Instalação do GT Unificado da URCA; Seleção e entrosamento dos bolsistas e voluntários das Células de Inovação; Inventário preliminar do material no Campus Pimenta II.	Atas de instalação e portarias discentes registradas.
2	Formação teórica e técnica interna sobre Arqueologia Social Inclusiva e Direitos Culturais; Primeiro Fórum Territorial de Escuta Ativa.	Relatório de demandas sociais prioritárias do território.
3	Mapeamento georreferenciado e visitas técnicas às escolas públicas da cidade de Missão Velha, previamente pactuadas, agentes culturais e associações comunitárias do entorno.	Matriz de contatos e cronograma escolar homologado.
4	Início das ações de oficinas e dos Laboratórios Itinerantes de Arqueologia Escolar; Primeira rodada de escuta comunitária focada nas áreas de resgate arqueológico.	Fichas de avaliação diagnóstica dos alunos preenchidas.
5	Continuidade das oficinas escolares com réplicas 3D e dos laboratórios itinerantes; Lançamento do programa de Formação Avançada de Mediadores Culturais e guias locais do Geopark.	Lista de frequência e primeiro módulo de mediação concluído.

² Como programa permanente da URCA, o programa terá continuidade nos anos seguintes, seguindo os objetivos deste programa e mediante nova apresentação anual de cronograma.

Mês	Macroatividades e Ações Extensionistas Previstas	Mecanismo de Validação / Produto Gerado
6	- Conclusão da formação de mediadores; Início das Oficinas de Cartografia Social e Memória Territorial nos distritos rurais impactados. - Elaboração participativa do Plano de Gestão do CIEA.	- Diplomas emitidos e banco de dados orais iniciado. - Elaboração de projeto específico para criação e implantação do plano de gestão participativa.
7	- Consolidação da Cartografia Social; Ativação regular das ações educativas integradas no espaço físico do CIEA Portal do Cariri em Missão Velha. - Elaboração participativa do Plano de Gestão do CIEA.	- Esboço bruto do Mapa da Memória Territorial aprovado. - Realização de oficinas e estudos técnicos para criação e implantação do plano de gestão participativa.
8	- Montagem e lançamento do primeiro ciclo da Exposição Itinerante Co-criada em praças públicas e feiras regionais do Cariri. - Elaboração participativa do Plano de Gestão do CIEA.	- Relatório de público e clipping de mídia local. - Elaboração e envio para a Reitoria/Geopark Araripe para criação e implantação do plano de gestão participativa.
9	Avaliação Participativa Intermediária; Oficinas de correção de rumo metodológico junto ao Conselho Consultivo Comunitário (já formalizado).	Relatório de ajustes operacionais e atas assinadas.
10	Segundo ciclo da Exposição Itinerante; Organização do Seminário Público de Devolutiva Parcial dos dados arqueológicos sistematizados.	Anais digitais do seminário publicados e acessíveis.
11	Aplicação dos questionários de mensuração do impacto social real nas comunidades; Avaliação final participativa com estudantes e professores parceiros.	Banco de dados de indicadores de impacto consolidado.

Mês	Macroatividades e Ações Extensionistas Previstas	Mecanismo de Validação / Produto Gerado
12	Redação do Relatório Anual de Impacto Extensionista; Entrega de relatórios conclusivos à Reitoria da URCA, Geopark e IPHAN; Planejamento do ciclo posterior.	Relatório Técnico Final protocolado e disponibilizado.

11. MATRIZ DE INDICADORES DE IMPACTO SOCIAL REAL

Dimensão Avaliada	Indicador Estrutural de Impacto	Meta Anual Estrita	Fonte de Verificação de Dados
Impacto Cognitivo Escolar	Taxa de retenção do conhecimento patrimonial e valorização identitária local (avaliação pré e pós-intervenção dos Laboratórios Itinerantes).	Evolução > 75% de acertos nos testes aplicados.	Questionários amostrais tabulados pelas Células discentes.
Impacto Socioeconômico Territorial	Número de projetos ou rotas locais de Turismo de Base Comunitária (TBC) e economia criativa formalmente incubados a partir das oficinas do Centro.	Mínimo de 2 projetos comunitários ativos.	Planos de negócios e mapas de rotas de turismo validados e incorporada ao plano de gestão do Geopark Araripe.

Dimensão Avaliada	Indicador Estrutural de Impacto	Meta Anual Estrita	Fonte de Verificação de Dados
Eficácia da Governança Participativa	- Índice de resolutividade e encaminhamento prático de demandas de direitos culturais comunitários levadas pelo Conselho Consultivo às instâncias competentes (URCA/IPHAN). - Plano de Gestão do CIEA implantado	- 100% das demandas formalizadas e protocoladas. - 30% das demandas formalizadas e protocoladas sobre a implantação do plano de gestão do CIEA.	- Livros de atas do Conselho Consultivo e protocolos digitais do IPHAN. - Relatório de resultados obtidos e encaminhamentos realizados junto aos setores da URCA/GA
Protagonismo Discente Real	Percentual de produções acadêmicas, técnicas e tecnológicas (artigos, cartilhas, softwares, modelos 3D) lideradas prioritariamente por estudantes da URCA.	Mínimo de 60% da produção total do programa.	Anais do evento, registros de patentes sociais e repositório institucional da URCA.

12. ESTRUTURA DOCUMENTAL COMPLETA DO PLANO DE GESTÃO

Para fins de submissão formal e auditoria técnica junto às instâncias deliberativas da Universidade e do órgão federal de salvaguarda, o documento final do Plano de Gestão do CIEA estruturar-se-á rigidamente de acordo com o seguinte sumário analítico:

1. Apresentação Institucional (CIEA, URCA, SECITECE, Geopark Araripe, IPHAN-CE).
2. Contextualização Histórica, Arqueológica e Geográfica da bacia sociobiodiversa da Chapada do Araripe e dos trechos interceptados pela Ferrovia Transnordestina.
3. Diagnóstico Físico do Acervo (Matriz quantitativa e qualitativa das cerca de 18.000 peças).
4. Base Legal e Normativa Nacional e Internacional (Constituição Federal, Lei nº 3.924/61, Instrução Normativa IPHAN nº 001/15, Portaria IPHAN nº 375/18) etc.

5. Política Geral de Acervo (Critérios de descarte, incorporação, segurança e empréstimo).
6. Diretrizes Curatoriais de Campo, de Laboratório e expografia.
7. Diretrizes de Infraestrutura para a Reserva Técnica e Laboratório de Conservação Preventiva no CIEA.
8. Protocolos Éticos e Bioéticos para Manejo e Salvaguarda de Remanescentes Humanos e Materiais Sensíveis (Sítio Baixio dos Lopes).
9. Projetos de Pesquisa Avançada Vinculados à Pós-Graduação (Stricto e Lato Sensu) da URCA.
10. Projetos Reestruturados de Educação Patrimonial Dialógica e Intercultural.
11. Projetos de Comunicação Museológica, Expografia Social e Acessibilidade Universal.
12. Projetos de Participação Comunitária, Governança Compartilhada e Cartografia Social Territorial.
13. Plano de Segurança Patrimonial, Prevenção de Sinistros e Conservação Preventiva Contínua.
14. Cronograma Operacional Detalhado e Matriz de Financiamento.
15. Indicadores Científicos de Monitoramento de Impacto Social.
16. Referências Bibliográficas e Documentais.
17. Anexos e Apêndices Técnicos (Fichas de inventário, mapas de localização de sítios e cartas de anuência institucional).

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU E SOUZA, Rafael de. Um lugar na caatinga: consumo, mobilidade e paisagem no semiárido do Nordeste brasileiro. 2017. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Corrêa. *A pesquisa-ação participativa: viver, saber e fazer*. Revista Katálisis, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 32-41, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis>.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n.º 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 jul. 1961.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Cidades e Transportes. Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/976136-comissao-discute-a-situacao-das-obras-da-ferrovia-transnordestina/>. Acesso em 19 Jun.2026.

COSTA, Diogo Menezes. Eco(Arqueo)logia histórica nas lavras do Abade: patrimônio Cultural e Natural. *In* Amazôn., Rev. Antropol. (*on line*) 5 (1): 38-53, 2113. Disponível em <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/viewFile/1303/1707>.

Acesso em 24 Jun.2026.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. O ecossistema de promoção e proteção do patrimônio cultural. In: ANAIS do XIII Encontro Internacional de Direitos Culturais. Fortaleza: Instituto Brasileiro de Direitos Culturais, 2025.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (org.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e paradigmas*. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2011.

FALS-BORDA, Orlando. *Una sociología sentipensante para América Latina* (Antología). Buenos Aires: CLACSO, 2015.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 58. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. (*Obra basilar de Extrato A em História, Antropologia e Arqueologia, amplamente utilizada para justificar políticas públicas de inclusão patrimonial*).

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; ZARANKIN, Andrés; STOVEL, Emily (org.). *Global Archaeological Theory: a rich diversity*. London: Routledge, 2005.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIBBS, Graham. *Análise de dados qualitativos: coleção pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GNECCO, Cristóbal; AYALA, Patricia (org.). *Indigenous Peoples and Archaeology in Latin America*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2010.

IPHAN. Instrução Normativa n.º 001, de 25 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos para licenciamento ambiental e patrimônio arqueológico. Brasília, DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015.

IPHAN. Portaria n.º 375, de 19 de setembro de 2018. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do IPHAN. Brasília, DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2018.

LEMONS, Carlos Alberto Cerqueira. O que é patrimônio histórico. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LIMA, Tânia Andrade. *Por uma arqueologia pública*. Revista de Arqueologia, v. 23, n. 1, p. 6-13, 2010. DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v23i1.282>.

MARTIN, Gabriela; MEDEIROS, Elisabeth; PESSIS, Anne-Marie. Salvamento arqueológico no Sítio Baixio dos Lopes, Brejo Santo-CE: um sítio com cerâmica Tupi-Guarani da subtradição policrômica. Clio Arqueológica, Recife, v. 31, n. 1, p. 10-25, 2016. DOI: <https://doi.org/10.20891/clio.v31i1p10-25>.

MENDONÇA, José Márcio; SIMON, Camila. *Museologia Social e Investigação-Ação Participativa: interfaces metodológicas na preservação de memórias periféricas*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 29, n. 66, e230401, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-998320230401>.

MELO, José Patricio Pereira Melo. Os Kariri. Identidades e Direitos no Século XXI. Lumen Juris. Rio de Janeiro. 2020.

MELO, José Patricio Pereira Melo. PINHEIRO, Allysson Pontes. LIMA, Daniel. A Repatriação de *Rhacolepis buccalis* e o Direito Cultural no Brasil. In MELO, José Patricio Pereira. PINHEIRO, Allysson Pontes. Patrimônio Fossilífero do Brasil. Direitos Culturais e Cooperação Internacional em territórios de Geoparques Mundiais da UNESCO no Brasil. EDURCA, Crato. 2026. 174 – 213.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde/ciências sociais*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

OLIVEIRA, Luísa Ruas. Do direito fundamental ao patrimônio cultural representativo de grupos vulneráveis: tensões entre interculturalidade e multiculturalismo. In: ENCONTRO HUMANÍSTICO MULTIDISCIPLINAR, 3.; CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS HUMANÍSTICOS MULTIDISCIPLINARES, 2., 2017, Jaguarão. Anais [...]. Jaguarão: CLAEAC, 2017. p. 1-6.

PELEGRINI, Sandra C. A.; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. O que é patrimônio cultural imaterial. São Paulo: Brasiliense, 2008.

SOLARI, Ana; CISNEIROS, Daniela; PESSIS, Anne-Marie; MARTIN, Gabriela; MEDEIROS, Elisabeth. Os remanescentes humanos das urnas funerárias Tupi-Guarani no Sítio Baixio dos Lopes, Brejo Santo, CE (720 ± 30 AP). Clio Arqueológica, Recife, v. 37, n. 1, p. 45-69, 2022.

SOUSA, Pedro Adjedan David de. A arqueologia social inclusiva e a remanescência da cultura material do povo Kariri no Serrote da Nascimento em Brejo Santo-CE: dilemas multidisciplinares na proteção ao patrimônio. In: CUNHA FILHO, Francisco Humberto; RAMOS, José Luís Bonifácio; MAGALHÃES, Allan Carlos Moreira (org.). Anais do XIII Encontro Internacional de Direitos Culturais: o ecossistema de promoção e proteção do patrimônio cultural. Fortaleza: Instituto Brasileiro de Direitos Culturais, 2025. Disponível em: Anais do XIII EIDC. Acesso em: 8 ago. 2025.

SOUSA, Pedro Adjedan David de; SOUSA, Francisca Nancy de; VIEIRA, Geier. Educação, identidade cultural e patrimônio: a função social do direito. *Revista Interdisciplinar de Direitos Culturais*, v. 12, n. 2, p. 89-104, 2024.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

URCA. Guia de Extensão. Editora URCA. 2025. Org. FERREIRA, Sandra Nancy Freire *et al.*. Disponível em <https://www.urca.br/proex/wp-content/uploads/sites/31/2025/08/Guia-100-final.pdf> Acesso em 19 Jun.2026.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. Programa de resgate do patrimônio arqueológico, histórico e cultural: Ferrovia Transnordestina, trecho Missão Velha (CE) – Salgueiro (PE): relatório final. São Paulo: Zanettini Arqueologia; Transnordestina Logística S.A., 2008. v. 1.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. Programa de resgate do patrimônio arqueológico, histórico e cultural: Ferrovia Transnordestina, trecho Missão Velha (CE) – Salgueiro (PE): relatório final. São Paulo: Zanettini Arqueologia; Transnordestina Logística S.A., 2008. v. 2.